



EDITORIAL / EDITORIAL

NOVAS ANTROPOLOGIAS

New anthropologies

A leitura da realidade latino-americana feita pelo Documento de Aparecida fala de “mudança de época”, que se manifesta de modo profundo no nível cultural. Ao especificar-lhe os traços, o texto recorda a “dissolução da concepção integral do ser humano” (DA, 44). Tal fato não concerne apenas a América Latina, já que afeta a maioria das sociedades atuais. Vivemos hoje momento semelhante às épocas axiais, como a da passagem do paleolítico ao neolítico, à do surgimento das religiões universais. Que ser humano emerge dessa dissolução da antropologia vigente até agora?

Diversas análises da situação antropológica contemporânea têm sido propostas nas últimas décadas. Algumas se concentram na análise dos sintomas das mudanças em curso: onipresença do corpo, esculpido nas academias, nas passarelas e no esporte ou cuidado e aperfeiçoado pela medicina, aliada à farmacologia e à engenharia na correção de desvios, acidentes e enfermidades de vários tipos, somáticos ou psicossomáticos. Do seu cultivo emergirá o corpo pós-humano, pasteurizado, cibernético, mescla do corpo biológico com as novidades da técnica. Enriquece-se tal tipo de análise, de corte sociológico, com as leituras da historiografia, que mostram os processos de evolução das mentalidades no tocante à compreensão e vivência do corpo.

Os avanços das neurociências abrem outro campo de reflexão. Experiências realizadas com o cérebro humano tendem a identificar cérebro e mente. Nega-se a dimensão espiritual e transcendente da alma humana e sua relação com o divino, ao reduzi-la às funções cerebrais. Considera-se o cérebro como a etapa mais evoluída do corpo. Aposta-se mesmo, em futuro não muito distante, que se sobreviverá a ele através das múltiplas possibilidades abertas pelas biotecnologias. Surge daí um novo ateísmo, associado aos conhecimentos da genética e das etapas da evolução do cosmos e da vida no planeta. Dentre os principais ideólogos desse novo tipo de ateísmo sobressai-se o britânico Richard Dawkins, conhecido e traduzido no Brasil.

Dois fenômenos relevantes do final da década de 1960 e dos começos da década de 1970 estão também na origem das mudanças antropológicas atuais: as lutas anti-discriminatórias relacionadas à etnia e ao gênero, e as críticas ao modelo de

desenvolvimento que ignora o futuro da vida no planeta. Eles levantaram contundentes críticas ao logocentrismo da cultura ocidental. A definição do ser humano como “animal racional” teria contribuído para que o logos desempenhasse papel fundamental na compreensão e ordenação de todas as dimensões da realidade, levando ao “esquecimento” das diferenças constitutivas dos corpos, na dimensão étnica e de gênero, e a marginalização de sua dimensão animal, copartícipe de toda a vida biológica do planeta. Na origem das sociedades tecnocráticas se encontraria então a hipertrofia do logos androcêntrico e ocidental. A ele se opõem, por um lado, a polifonia de um logos que assume o esquecido maior da cultura, o corpo, na diferença de raça e de opção sexual, lugar de um desejo/eros simbólico e irredutível aos cânones da razão teórica; e, por outro lado, a vida na dimensão biológica, que torna os corpos semelhantes aos de todos os seres vivos, e os faz solidários com o que é comum a todos, ou seja, a vida, exigindo que a mesma seja defendida. Alguns dos movimentos que se inspiram das leituras desconstrutivistas do logos ocidental se declaram “anti-humanistas”, pois para eles a grande ameaça ao futuro da vida no planeta é representada pela espécie homo sapiens sapiens.

A última tendência das leituras contemporâneas sobre o humano nasce das correntes fenomenológicas da filosofia. Solidárias das críticas à razão instrumental, que colonizou o “mundo da vida”, elas vão ao encontro da valorização do “grande esquecido” da cultura ocidental, a saber, o corpo, e propõem, ora uma filosofia da carne ou da encarnação, ora uma filosofia do corpo, com todas as distinções entre “corpo originário”, “corpo próprio”, “corpo objeto”. Essas leituras aprofundam, por um lado, a virada moderna da subjetividade, ao mostrar os distintos aspectos a partir dos quais os indivíduos constroem suas identidades nas culturas pós-modernas. Com o aporte da abordagem hermenêutica, elas recolhem os “signos” e “rastros” através dos quais o humano e a vida são ditos nas distintas sociedades e culturas. Por outro lado, tais leituras são extremamente sensíveis às diferenças, não se contentando em retrair os sintomas dos “esquecidos da história” e da cultura, mas apresentam os “rostos” através dos quais eles intervêm aqui e agora com seu apelo ético ao reconhecimento, expresso na hospitalidade, na solidariedade e na defesa de seus direitos. Na América Latina, os bispos, em Puebla (DP, 31-39), Santo Domingo (SD, 178) e Aparecida (DA 65,402), já haviam apresentado uma série de “rostos” a interpelarem o agir cristão na região.

Essas quatro grandes tendências da nova antropologia questionam a teologia cristã. Elas a identificam como promotora do esquecimento ou da sujeição das diferenças que constituem a polifonia do humano. Cabe-lhe então justificar-se perante tais acusações ou críticas. Por ser inteligência da fé, não pode ignorar as questões profundas que tais correntes levantam para o futuro do humano. O que o discurso cristão tem a dizer hoje sobre a realidade humana? Quais as principais tarefas da antropologia teológica hoje?

A Constituição Pastoral Gaudium et Spes aponta-nos o caminho a trilhar, ao afirmar que o ser humano deve ser considerado “em sua unidade e totalidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” (GS, 3). Retoma, com

certa antecipação, as correntes que criticam o hipertrofia racional da antropologia ocidental. Não se prende, ao falar do ser humano, ao único registro linguístico e conceitual. Os textos bíblicos também são uma fonte inesgotável de inspiração para se falar sobre o humano. O tema da “imagem e semelhança”, de Gn 1,26, por exemplo, é fundamental na definição da “antropologia cristã”, pois aponta a capacidade da criatura humana de estabelecer relação de aliança com Deus. A literatura profética explora, por sua vez, nos relatos de vocação, a capacidade da pessoa de responder com liberdade sim ou não a Deus. Os textos sapienciais recordam, enfim, no Antigo Testamento, a finitude humana. Ela se manifesta no mal introduzido pela liberdade, através da falta, e nos limites representados pela doença e pela morte, indicadores de nossa comum pertença à esfera da criação. O Novo Testamento propõe-nos a figura plena do humano, Jesus Cristo. Ele realiza sua liberdade na escuta e obediência filiais e aponta-nos o caminho que nos reconcilia com Deus, com a humanidade e com o mundo. Revela-nos a condição de filhos/as no Filho, que implica a fraternidade/sororidade universal e conduz à salvação da natureza, como o mostra a fé na ressurreição.

A tradição teológica do cristianismo releu tais elementos ao longo da história. Associou o tema da imagem e semelhança às dimensões somática ou psíquica do humano. O chamado à relação de aliança serviu para se pensar o conceito de pessoa, inicialmente na perspectiva trinitária e cristológica, e, em seguida, na perspectiva antropológica. Esse itinerário culminou na afirmação da unicidade ou singularidade do ser humano, que está na origem da noção de direitos inalienáveis da pessoa e do cidadão. O tema da liberdade perpassa, por sua vez, as dialéticas entre graça e pecado, graça e liberdade. Daí se pensou a ação divina no processo de humanização/divinização, em relação com a “justificação” pela fé e o seguimento/imitação de Jesus Cristo, processo movido pelo Espírito a santificar e configurar nossa liberdade à liberdade do Filho.

Outras fontes diferentes do Antigo e Novo Testamento afetaram o processo de conceptualização dos elementos bíblicos. O privilégio que a filosofia grega dava à alma ou ao logos, por exemplo, marcou a argumentação dos teólogos cristãos. Isso não impediu, porém, que eles atribuíssem uma avaliação positiva da criação, “boa” porque feita por Deus, segundo Gn 1,1-2,4a, ou porque assumida pelo Verbo na “encarnação” (Jo 1,14) e na ressurreição/ascensão. O esquema antropológico dualista grego, que opunha corpo e alma, deixou, porém, marca em diversos tratados teológicos ao longo dos séculos. O “logos” ou a “alma” ganhou assim mais relevância que a “carne” ou o “soma”. Nesse sentido, as críticas antropológicas contemporâneas provocam o discurso cristão a uma “volta às fontes”. Aí ele redescobrirá a pluralidade das linguagens da Bíblia sobre o humano. Isso enriquece os debates antropológicos contemporâneos e torna mais conhecida a visão cristã.

A antropologia cristã afirma a bondade da criação, em sua dimensão material, carnal, corpórea. A afirmação da oposição entre Deus e o humano não responde à fé na encarnação e ressurreição. Esta diferença sempre contrastou com o privilégio grego dado à alma. Ela ajuda a discernir a ambiguidade constitutiva de algumas

leituras atuais sobre o humano, reduzido a corpo idealizado ou a cérebro fonte de informações em algumas das tendências antropológicas atuais. Elas ignoram que na carnalidade constitutiva de todos nós já acontece algo de definitivo. A Escritura nos revela interlocutores e parceiros de Deus na construção do destino da história e do cosmos, chamados por Ele a uma plenitude que não ignora a carne, mas a deifica. Numa época em que se discute a própria noção do que é o humano, o aporte crítico da antropologia cristã contribui para avançar a longa tradição de releitura da polifonia bíblica sobre Deus e o humano.